



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

ATA DA AUDIÊNCIA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 18/2021, QUE “CRIA O PROGRAMA DE HORTA COMUNITÁRIA ORGÂNICA URBANA EM TERRENOS NÃO CONSTRUÍDOS DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

**REALIZADA A PARTIR DAS 19H DO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2021,
NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO - SP.**

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, no recinto da Câmara Municipal de Monteiro Lobato, com a presença dos Vereadores Allan Rached Azevedo, Aloísio Aparecido dos Santos Barreto, Edjelson Aparecido de Souza, Harley Rodrigues Alves Teixeira, João Francisco da Silva e Nedivan Rodolfo Guimarães e demais pessoas interessadas. Representando o Executivo o Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, Senhor Edevaldo de Oliveira Aparecido. O Presidente da Câmara Municipal, Vereador Allan Rached Azevedo, deu início aos trabalhos, e declarou aberta a audiência pública com o intuito de proporcionar a transparência necessária na discussão do Projeto de Lei do Executivo nº 18, de 04 de agosto de 2021, que “Cria o Programa de Horta Comunitária Orgânica Urbana em terrenos não construídos do município de Monteiro Lobato e dá outras providências”. O Presidente convidou o Secretário do Meio Ambiente para sentar à mesa e fazer as considerações sobre o projeto. O Secretário desejou boa noite a todos, e iniciou esclarecendo que a proposta do projeto é regulamentar algumas áreas abandonadas dentro do Município, dando o uso ambientalmente correto e socialmente legal. Apresentou como exemplo a horta existente no bairro Morada do Sol, onde os moradores cuidam informalmente, dizendo ser possível ampliar e melhorar a área onde eles já praticam o cultivo sem nenhum regramento. Disse que outra área que eles pensam em utilizar fica entre a Vila Esperança e o Jardim Alvorada, próximo à escolinha, de propriedade da Prefeitura. Esclareceu que o intuito da ação não é somente criar o espaço de cultivo, mas proporcionar também um trabalho social, com moradores que estão desempregados, pessoas da terceira idade e com acompanhamento da área da saúde. Mencionou que o que vem gerando questionamentos é a questão do uso de imóveis particulares, e esclareceu que o projeto só será implantado em terreno particular, se o proprietário demonstrar interesse e ainda assinar um termo liberando o espaço para uso da horta durante período de interesse, sem custos para ninguém. Disse que o projeto foi baseado em um projeto implantado na cidade de Aparecida. O Vereador Nedivan perguntou se o projeto iniciará pelos terrenos da prefeitura, dando como exemplo o recinto de exposição que está abandonado, questionando se esse espaço também será utilizado. O Secretário do Meio Ambiente disse que a princípio não vão utilizar a área do recinto de exposição, pois não tem moradores no entorno e que há outra distinção para o referido espaço, complementando que é uma área muito grande, e que pensaram em locais pequenos onde a população consiga manter, pois uma horta demanda cuidados diários. O Vereador Nedivan questionou se a horta existente no CDM (Centro de Desenvolvimento Municipal) estaria parada. O Secretário do Meio Ambiente esclareceu que no CDM funciona o curso do SENAR, pareceria entre o Sindicato Rural e a Prefeitura. Na área que pode ser vista pela Rodovia, está sendo feita uma adubação, conhecida como “adubação verde” que é um mix de sete plantas, que crescem, atinge o desenvolvimento total e depois viram parte da adubação do solo, além do que elas já colocam no solo através das raízes. Na área do fundo, funciona a parte de hortaliças e leguminosas, dando como exemplo a existência de morango, abóbora, pepino, beterraba, sendo um total de quinze variedades, que já estão sendo colhidas e comercializadas pelos alunos do curso, que também abrange a parte do empreendedorismo. Convidou todos os Vereadores e ouvintes para conhecerem o espaço. O



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

Vereador Aloísio questionou a necessidade do projeto, uma vez que o executivo irá pedir autorização do particular. O Secretário do Meio Ambiente disse que é o que o projeto prevê. O Vereador Aloísio, complementou dizendo que se o proprietário não faz nada no terreno, também não terá interesse em fazer a horta. O Secretário do Meio Ambiente disse que não pode obrigar o proprietário, mas que estão dando abertura para que isso possa ser feito. Mencionou que um lote abandonado dentro da cidade pode ser criadouro de insetos e outros animais. O Vereador Aloísio questionou se não era o caso do Executivo cobrar um valor maior de IPTU dos proprietários de terrenos abandonados, dando como exemplo a cidade de São José dos Campos, que cobra um valor mais alto do IPTU em áreas não construídas, com o intuito de forçar o proprietário a construir, e finalizou dizendo que o projeto deve ser implantado primeiramente nos terrenos da prefeitura. O Secretário do Meio Ambiente respondeu que colocou essa previsão no projeto, pois precisam ter de forma legal, que não podem simplesmente chegar e usar. Mencionou que havendo interesse de ambas as partes, já terá previsão legal, mas que a ideia inicial é começar pelos terrenos da prefeitura. O Vereador Allan mencionou que essa parte do programa, voltada a quem está desempregado, a parte social e a terceira idade, é muito interessante estar no projeto. Disse achar necessário a parte de usar espaços públicos que não estão sendo usados, dando um direcionamento para que essas áreas sejam transformadas. Em contrapartida, ficou a polêmica dos terrenos particulares vazios, que em outros municípios tem essa cultura de ter o IPTU mais elevado, forçando o proprietário a se adequar e pagar o IPTU mais elevado ou disponibilizar esse terreno. O Vereador Allan disse que não enxerga, hoje, uma necessidade momentânea de ser colocado nesse projeto a liberação de terrenos particulares, e também por outro motivo: as vezes o que funciona em uma cidade, não necessariamente funciona em outra. Disse que, culturalmente, não enxerga essa característica na cidade, principalmente trabalhando a parte voluntária. Argumentou que hoje, não há fiscalização da prefeitura, em nenhum setor, não tem fiscalização em imóveis em construção, muito menos das pessoas que irão acompanhar de perto a execução desse projeto. Mencionou que viu no escopo do projeto, projeto para a captação de água por meio de chuvas, questionando que, em épocas de estiagem não haverá água nesse terreno. Indagou como será feito para ter água e possibilitar que façam a rega da horta. Disse que está previsto a ligação de água no terreno, onde o proprietário entra com os custos da ligação da água e instalação do relógio. Questionou se a Prefeitura irá arcar com os gastos do consumo de água durante a execução do projeto. Questionou quem fará o controle do consumo de água. Caso esqueçam uma torneira aberta, quem vai arcar com esse custo no final do mês. Argumentou que é uma série de questionamento que quando envolve o particular fica um pouco mais difícil. Perguntou se o plantio que acontece de forma voluntária, feito pela comunidade na Morada do Sol, tem o mesmo direcionamento do plantio que está no objeto do projeto, esclarecendo que, atualmente na Morada do Sol eles fazem o plantio e utilizam para o sustento da própria casa. Mencionou que na Vila Esperança tem uma horta parecida onde somente algumas pessoas são atendidas. Mencionou que recentemente fez um requerimento ao Executivo solicitando informações sobre os bens imóveis do município e se surpreendeu com a quantidade de bens que o município tem e disse que muitos são espaços livres. Disse que, no seu ponto de vista, o projeto deveria iniciar utilizando áreas públicas, e ao longo do tempo, se verificassem que o projeto é funcional, que as pessoas estão aderindo, que está dando resultado e que não há mais áreas públicas disponíveis, aí sim, entrar com um projeto para solicitar o terreno do particular. Acrescentou, que o projeto prevê a produção de adubos orgânicos através de prática de compostagem e questionou se o mesmo geraria cheiro, a proliferação de insetos e atração de outros animais. Esclarecendo que o que lhe preocupa é o cuidado que terão com essas hortas, pois como é uma adesão de forma voluntária, algumas pessoas podem aderir e com o passar do tempo abrir mão desse projeto, e aí quem ficará responsável, uma vez que a prefeitura não tem mão de obra pra ir lá



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

atender. Mencionou que são essas preocupações que lhe fizeram marcar a audiência para o dia de hoje, e disse que acredita que o projeto é muito bom. Aproveitou a oportunidade e informou ao Secretário do Meio Ambiente que encaminhou ao Executivo a sugestão de um projeto de horta nas escolas. Esclareceu que foi uma ideia da munícipe Gracias, que lhe procurou e apresentou o projeto. Mencionou que até o presente momento não obteve uma resposta, que ficaram de analisar e que isso já fazia uns quatro meses. O Vereador Allan comentou sobre a importância de cada vez mais procuramos uma alimentação saudável. Mencionou que os dois projetos são excelentes e envolvem a população como um todo. Mencionou que o seu posicionamento hoje, é que não enxerga motivos de incluir terrenos de particulares. O Vereador Nedivan mencionou que a horta que existe na Vila Esperança não é da comunidade, explicando que lá é somente uma família que cuida. Disse que não acha viável, no momento, a inclusão de terrenos de particulares no projeto. Solicitou que olhem com carinho o projeto de horta nas escolas, que tem o mesmo intuito. O Secretário de Meio Ambiente informou que não chegou até ele o projeto sobre horta nas escolas, argumentando que talvez tenha sido encaminhado à Secretaria de Educação e não à Secretaria do Meio Ambiente, mas disse que irá procurar saber. O Presidente mencionou que se for preciso encaminha novamente à Secretaria do Meio Ambiente. A munícipe Gracias Leiva tomou a palavra, e informou que entregou o projeto à Debora, Secretária de Educação, mas que imaginou que em uma reunião entre as secretarias e o prefeito, ela pudesse mencionar a respeito. O Secretário de Meio Ambiente informou que não recebeu, mas que iria atrás pra conhecer o projeto e dar um parecer. Mencionou que a Secretaria de Educação tem autonomia para desenvolver projetos e se entenderem que é um projeto bom, desenvolver. Mencionou que nas Escolas do Taquari, Pandavas, São Benedito e Souza já existiram projetos como esse. O Secretário de Meio Ambiente esclareceu que quanto aos questionamentos das áreas de propriedade de particulares, só antecipou algo que poderá acontecer, mas que não vê mal nenhum, e se os Vereadores acharem necessário, poderá readequar o projeto e tirar essa parte. O Vereador Edjelson disse que toda tentativa é válida. Que primeiramente deveriam começar com as áreas da prefeitura. Disse que não vê problema em o proprietário ceder o terreno. Mencionou que as vezes o proprietário não limpa o terreno porque não tem condições e disse que acha interessante tentar. O Vereador Aloísio disse que o quis dizer é que, deveriam ter uma maneira de forçar o proprietário a ceder o terreno, argumentando que o aumento do IPTU irá forçar a pessoa a construir ou a ceder o imóvel. O Secretário de Meio Ambiente mencionou que entende e concorda, e disse que precisam ver um meio de encaixar isso no projeto. O Vereador Allan ressaltou que são favoráveis e que acham o projeto interessante, mas que é importante ir passo a passo. Disse que hoje, se puderem fazer a retirada dos terrenos de particulares do projeto, uma vez que dentro da área urbana é difícil ter lotes vazios e quando enxergar que o projeto está dando certo, que não há mais áreas públicas disponíveis, aí sim, retomariamos essa discussão e veríamos a possibilidade. Mencionou a importância dessa cultura de ter uma alimentação saudável, principalmente para as crianças, que a cada dia estão mais obesas e com problemas de saúde, pois não tem essa cultura dentro de casa. O Vereador Allan mencionou que o intuito da audiência e aparar as arestas e não de reprovação do projeto, fazer uma adequação para o que enxergamos ser bom para o município como um todo. Mencionou que quando chegar a oportunidade de implantar o projeto em terrenos particulares, os vereadores estarão à disposição para discutirem sobre o assunto. O Secretário de Meio Ambiente informou que no início do ano o município aderiu ao programa "Município AGRO", depois de uma indicação da Câmara, e esclareceu que um dos quesitos para conseguir parcerias e verbas é ter esse tipo de programa acontecendo dentro da cidade. O Secretário de Meio Ambiente esclareceu que quanto a captação de água da chuva que faz referência no projeto, será possível se o terreno tiver espaço e o proprietário autorizar a construção de cisternas para armazenamento de água, possibilitando utilizá-las nos



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

períodos de estiagem. A munícipe Gracias solicitou a palavra e mencionou que o projeto deveria aprofundar mais e envolver a área da saúde, psicólogos, agentes comunitários de saúde, médico de família, redes sociais, etc.. Mencionou que cada setor desse está produzindo, mas a impressão que dá é que estão produzindo individualmente, cada um no seu quadrado. Disse que é preciso integrar as áreas, envolver não só o idoso, mas o desempregado o dependente químico, pois, ele tendo uma perspectiva de trabalho aliado à terapia, aliado a laser, envolver esporte, apoio médico, envolver as igrejas, uma rede de apoio. Sugeriu um grupo de trabalho envolvendo Prefeitura, Câmara e sociedade civil para dar uma recheada no projeto, suprimir a questão de terrenos de particulares e dar prioridade ao projeto que pode dar certo. Mencionou a importância de envolver outras áreas na elaboração do projeto. O Vereador Allan sugeriu trazer as famílias que recebem benefícios para participar do projeto e o que produzirem virar sustento para elas. O Secretário de Meio Ambiente esclareceu que o projeto prevê que a produção poderá ser encaminhada ao executivo, destinada as escolas e programas sociais, bem como ser utilizada pelas famílias para o seu sustento. O Vereador Nedivan mencionou que concorda com a venda da produção e a utilização do valor arrecadado para dar assistências aos dependentes químicos e famílias de baixa renda. O Secretário de Meio Ambiente esclareceu que se a demanda for grande e a produção não for consumida pelas famílias, tem a possibilidade de destinar a produção para a merenda escolar ou para a área social. O Vereador Allan complementou dizendo que acredita que o projeto deva ser implementado primeiramente nas áreas que já tem espaço público sendo utilizado, e conforme for dando certo ir expandindo, para evitar que futuramente esses locais sejam abandonados. O Secretário de Meio Ambiente esclareceu que o artigo quinto do projeto prevê o encaminhamento das pessoas através dos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde, recomendando as atividades sociais que podem ou não ser desenvolvidas por elas. A munícipe Gracias complementou sugerindo a realizações de feiras para a venda dos produtos. Comentou sobre a importância da Terapia Ocupacional mencionada no artigo quinto do projeto, e finalizou sua fala dizendo que está acompanhando de perto o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Secretaria do Meio Ambiente e disse achar interessante as ideias que estão sendo proposta pela secretaria. Mencionou que falta recurso no Executivo e que a sociedade civil pode ajudar no que puder e parar com o comportamento de só reclamar e apontar o que está errado. Parabenizou a Secretaria e a Câmara pela realização da audiência. O Vereador Aloísio questionou como será a distribuição dos produtos entre os colaboradores, argumentando que muitas das vezes a pessoa não ajuda a plantar, mas quer participar da colheita. O Secretário de Meio Ambiente esclareceu que haverá uma equipe responsável ou um responsável que conduzirá essa ação. Esclareceu que haverá um cadastro para as pessoas interessadas em participar do projeto e não será permitido que outras pessoas trabalhem nas hortas. Mencionou que a ideia inicial é trabalhar com os moradores do entorno da área e eles serão os responsáveis por tomarem conta da horta. O Vereador Allan disse para estudarem um jeito de amparar as famílias que já desenvolvem esse trabalho, dando como exemplo as famílias dos bairros Jardim Morada do Sol e Vila Esperança que já plantam e colhem para o próprio sustento. O Vereador Allan mencionou a importância da população participar da audiência, esclarecendo que seria o momento de questionar e debater sobre o assunto, mas que só depois que votam o projeto que os questionamentos aparecem. Mencionou a importância de haver diálogo entre Legislativo e Executivo, para que o Município e a população não sejam prejudicados. Disse que irá trabalhar em prol disso: para que a população seja mais participativa, para que o Executivo antes de mandar projeto para a Câmara possa debater com os Vereadores, para que depois, Secretários e o Prefeito prestem esclarecimentos e explicações sobre o que está sendo proposto à população. O Secretário de Meio Ambiente esclareceu que a ideia do projeto é valorizar o conhecimento local, e disse que as famílias que já produzem na Morada do Sol serão as primeiras a serem ouvidas, pois o



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

modo de produção delas está funcionando mesmo sem apoio da Prefeitura. O Vereador Aloísio perguntou se essas famílias que já produzem foram chamadas para participar da elaboração do projeto. O Secretário de Meio Ambiente esclareceu que como o projeto é uma coisa mais técnica, que envolve a criação de lei, acredita ser mais da alçada do jurídico e legislativo, mas que na implantação do projeto as famílias serão chamadas. O Município Vilmar solicitou a palavra e mencionou que dependendo do que será plantado precisará de recursos adicionais, como a colocação de sombrite para evitar que as aves comam o que está sendo produzido. Sugeriu a divisão do que será produzido para que várias pessoas não plantem a mesma coisa e acabe sobrando. E deu como sugestão um projeto feito no Ceará chamado arranjo produtivo local para ser implantado junto ao projeto. O Vereador Allan finalizou mencionando que o ponto principal seria a retirada dos terrenos particulares, que talvez não seja necessário no primeiro momento, argumentando que o ideal é fazer funcionar e depois se tudo der certo buscar ampliar. Solicitou a adequação do projeto por parte do Executivo e posterior encaminhamento à Câmara para leitura e votação. O Secretário do Meio Ambiente solicitou a formalização dos pedidos de alterações por parte do Legislativo, para serem arquivadas no processo de criação do projeto. Mencionou que farão as adequações e reenviarão à Câmara para novo debate. Agradeceu a abertura, e disse ser de suma importância debater e poder alinhar o que pretendem fazer, argumentando que a cidade a gente constrói junto e as audiências são fundamentais para isso. O Vereador Allan mencionou que é importante debater para aparar as arestas, que há divergências de opiniões, mas que o mais importante é encontrar o bem comum. Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a presente Audiência, e para constar foi lavrada a presente Ata que vai assinada em lista própria de presença.

Edital publicado no jornal “A Gazeta dos Municípios”
página 04, de 16 de setembro de 2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO

Palácio de Buquira

LISTA DE PRESENÇA À AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO
Projeto de Lei do Executivo nº 18, de 04 de agosto de 2021, que "Cria o Programa de "Horta Comunitária Orgânica Urbana" em terrenos não construídos do Município de Monteiro Lobato e dá outras providências"

REALIZADA A PARTIR DAS 19HS DO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2021
NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO/SP.

Nº	NOME	RG Nº
1	Harly Rodriguez Ab. Serran	34.330.800-9
2	Rosane Fujisaway	13.628.345-7
3	ALDISIO AP. DOS SANTOS BARAESP	42953546-6
4	ALLAN RACHES AZEVEDO	43136057-1
5	Pejeban AP D e Souza	22306406-3
6	Nedivan Rodolfo GUIMARÃES	28.685.350-4
7	Edevaldo Oliveira	28223032-4
8	VILMAR PEDRO VOTRE	232604M.Aez
9	Daniel F. dos S. Toledo.	48.990.116-5
10	M. Gecias S. Leiva	8.955.975-7
11	AREKAMON	39.853.232-1
12	Gigieira Louã da Silva	33.161.929-5
13	José Somenço da Silva	234346023-8
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		